

Programa do PCO 29 para as eleições de 2018

Contra o golpe, em defesa da liberdade de Lula e de sua candidatura à presidência

Diferentemente do que ocorreu nas quatro últimas eleições presidenciais, nas quais lançamos nosso próprio candidato ao cargo, entendemos que a candidatura de Lula no atual pleito expressa o enfrentamento das massas com os golpistas. Nesse sentido, defendemos a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lutando por sua liberdade e pela derrota do golpe de Estado.

O eixo da nossa campanha esse ano será, como na última, a luta contra o golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff da presidência em 2016.

As eleições em meio ao golpe de Estado: a tarefa central nesse momento é organizar a luta contra o golpe

A questão central na atual etapa política é o problema do golpe de Estado em marcha em nosso País, com a derrubada do governo de Dilma Rousseff, do PT.

O que temos pela frente não é um processo eleitoral como de costume, mas uma fraude em meio a um golpe de Estado, quando os golpistas invadem sedes partidos de esquerda, a Justiça determina prisões arbitrárias de dirigentes do maior partido de esquerda do País, suspende repasses de verbas oficiais para este partido e usa de um imenso aparato policial, jurídico e de propaganda (por meio dos monopólios de publicidade) para reprimir os partidos de esquerda, cassar suas candidaturas (com mecanismos como a lei da “ficha limpa”) etc. Para controlar ainda mais o processo, a direita reduziu o tempo de campanha (para 45 dias) e diminuiu o tempo de televisão para os partidos sem parlamentares para privilegiar os partidos tradicionais da direita, entre outras medidas arbitrárias.

Os golpistas deslancharam uma enorme ofensiva tanto contra os direitos democráticos como as condições de vida do conjunto dos explorados e oprimidos. Esta ofensiva, no entanto, nada mais é do que uma pequena amostra do que estão preparando.

Ao mesmo tempo que se intensificam todo tipo de ataques contra o PT e diversas organizações operárias, está em marcha um ataque em larga escala contra as liberdades democráticas no País.

O PCO, que foi uma verdadeira vanguarda na luta contra o golpe, **defende de maneira intransigente os direitos democráticos de toda a população**, contra os ataques às suas condições de vida e pela mobilização dos explorados e de suas organizações de luta, a começar pelos partidos do movimento operário, **e luta contra o golpe** que – como assinalamos em todas as etapas da situação política, só pode ser derrotado por meio da ação revolucionárias das massas, nas ruas.

O governo golpista de Temer, Cunha, Serra e toda a quadrilha da direita já sinalizou (ainda que parcialmente) que a vitória definitiva do golpe representará uma ofensiva sem precedentes contra os explorados em todos os terrenos, dos ataques contra a economia nacional – com uma nova onda de entrega dos recursos naturais (petróleo etc.), do que sobrou das estatais (Petrobrás, Correios, CEF etc.), por meio da intensificação da onda repressiva que se acentuou em todo o País contra a população trabalhadora (UPP’s e outras formas de ocupação de comunidades operárias; aumento da matança da população pobre e negra pela PM, assassinatos de sem-terra etc.), suas organizações (pesadas multas contra sindicatos, intervenção da Justiça e do MTE nas organizações sindicais de diversas formas) e contra suas lutas (brutal repressão contra as greves, decretação de “ilegalidade” das mobilizações operárias como na ditadura militar etc.).

A Constituição foi rasgada, os direitos democráticos do povo têm sido anulados, um a um. É necessário impulsionar a mobilização operária. Essa mobilização não deve buscar um acordo inviável com os golpistas, mas a derrota dos golpistas por meio da deposição do governo Temer e de todos os golpistas, anulação do impeachment, cancelamento de todas as "reformas" e medidas dos golpistas e a conquista da soberania popular, da realização de eleições livres e democráticas, sob o controle das organizações populares e da convocação de uma Assembleia Constituinte baseada na mobilização popular e na derrota do golpe. Somente com a derrota do atual bloco golpista no poder será possível impor uma nova constituição que atenda aos interesses dos trabalhadores.

A luta da classe operária e do seu partido não se resume à luta contra o governo burguês de plantão (antigovernismo). A classe operária luta contra a burguesia, contra o regime político burguês em seu conjunto pelo governo operário e pelo Estado operário. A classe trabalhadora e suas organizações devem lutar, ao mesmo tempo, contra a direita e a esquerda da burguesia, mas não deve confundir as duas. Denunciamos a capitulação da frente popular e os governos nacionalistas diante da direita pró-imperialista, pelos seus ataques contra a população e os interesses nacionais, mas assumimos lugar na primeira fileira da luta contra o golpismo da direita pró-imperialista que quer passar por cima da vontade da maioria nacional, dos governos eleitos pela população, das organizações construídas pelos explorados para imporem um regime de total submissão aos planos de fome e de miséria do imperialismo.

A tática revolucionária de luta contra o nacionalismo burguês e a socialdemocracia reformista é opor às suas claudicações diante do imperialismo e da burguesia um programa de luta revolucionária e confrontá-las com as exigências reais das massas.

Neste momento, predomina a ilusão de que o golpe não terá maiores consequências, exceto (!) substituir um governo pelo outro. Esta ilusão domina, inclusive, amplos setores da própria frente popular. Na realidade, a ofensiva da direita e da burguesia não para de crescer e tende ao esmagamento da classe operária em todos os terrenos e dos demais setores explorados e oprimidos. Diante disso, qualquer fantasia de "disputa eleitoral" não é apenas uma sem sentido, como uma política suicida.

Nossa Estratégia: a revolução, o governo operário e o socialismo

O Partido da Causa Operária participa das eleições como representante da luta e das reivindicações da classe operária, dos setores oprimidos da sociedade.

Sua luta central é por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. Este não é o governo de uma pessoa ou um partido isolado apoiado nas massas operárias, mas o governo coletivo da classe operária e das massas exploradas.

O PCO não vem às eleições, como os demais partidos de direita e de esquerda, apresentar um programa para a administração do Estado tal como ele é hoje. Os que apresentam um "programa de governo" estão apenas saindo em defesa das reivindicações da classe capitalista, que domina o Estado. O PCO, ao contrário, não alimenta ilusões no regime atual, mas **apresenta um programa de luta com as reivindicações fundamentais da classe trabalhadora e demais setores explorados.**

Para tal é necessário a completa independência política diante da burguesia e seus partidos, contra qualquer aliança com a burguesia, agrupada em uma frente única golpista. Rejeitamos, nesse sentido, toda e qualquer política de colaboração de classes, que na tentativa de conciliar interesses que são inconciliáveis, os dos trabalhadores e dos patrões, só pode levar a atender os interesses desses últimos.

A base desta luta e principal questão neste momento é a **luta pela construção de um verdadeiro partido operário de massas.**

A burguesia, classe dominante e consciente de seus interesses têm os seus partidos. É necessário que a classe operária construa um partido que seja seu próprio instrumento de luta pelas suas reivindicações e pela conquista do poder.

Hoje, a classe operária e as massas estão órfãs de um partido que as represente. A esquerda burguesa e pequeno-burguesa fala em nome e busca o apoio dos trabalhadores, mas leva adiante uma política que favorece apenas os interesses dos patrões.

Programa Geral

I. Não às reformas do governo Temer

A experiência mostrou que não é possível obter vitórias significativas contra os ataques dos patrões e do regime golpista sem a derrota do golpe.

O regime golpista pode ser derrotado pela mobilização da classe trabalhadora. Nessa luta, um papel fundamental cabe à classe operária que precisa ser colocada em movimento para defender seus interesses e os de todo o povo, profundamente ameaçados pelo regime golpista que está jogando milhões para baixo da linha de pobreza, fazendo crescer o desemprego e o subemprego, aumentando a fome e a miséria, impondo o verdadeiro caos para servir aos interesses dos tubarões capitalistas.

A CUT, maior organização de luta dos explorados, com 4 mil sindicatos filiados, precisa deliberar e organizar a greve geral, contra o golpe, pelo fim do regime golpista (fora Temer e todos os golpistas), em defesa da liberdade de Lula, por eleições livres e democráticas com Lula presidente, para revogar todas as "reformas" do governo golpista de Temer e Cia.

A greve geral é a forma mais prática de dar um caráter unitário e de massas à luta contra o golpe de Estado e todas as suas consequências e, nesse sentido, deve ser o eixo fundamental da agitação política dos comitês de luta neste momento sobre a base da plataforma de "abaixo o golpe", "liberdade para Lula" e "cancelamento de todas as reformas do governo golpista".

II. Não ao salário mínimo de fome, por um salário mínimo vital

Por um salário mínimo vital que corresponda às necessidades básicas de uma família trabalhadora, suficiente para alimentação, moradia, saúde, educação, higiene pessoal, transporte, lazer, vestuário etc., que hoje não poderia ser de menos de **R\$ 4 mil**

III. Não ao desemprego A única via para os trabalhadores: redução das horas trabalhadas, trabalhar menos, trabalharmos todos. Máximo de 35h semanais de jornada de trabalho

1) Direito e oportunidade para todos os que queiram trabalhar: completa liberdade para o pequeno comércio ambulante; acesso à previdência em igualdade com todos os trabalhadores assalariados; fim das leis que garantem o monopólio para as grandes empresas (por exemplo, no transporte público: fim das restrições ao trabalho dos perueiros);

2) Não às demissões em massa: unir os empregados e desempregados, ocupar as fábricas. Escala móvel das horas de trabalho (redução das jornadas sem redução dos salários), salário desemprego igual ao dos trabalhadores da ativa.

3) Fim dos privilégios dos altos funcionários (pensões, altos salários, comissões e aposentadorias de juizes, oficiais, policiais e militares, parlamentares etc.); fim dos privilégios concedidos pelo Estado aos capitalistas;

4) Abaixo a terceirização. Isonomia dos trabalhadores das empresas terceirizadas com as empresas contratantes; garantia do mesmo contrato coletivo; direito à sindicalização no mesmo sindicato.

IV - Abaixo a superexploração da classe operária: proibição do trabalho infantil; restrição ao trabalho dos menores, manutenção da licença-maternidade de quatro meses; subsídio para os estudantes poderem estudar sem terem que trabalhar; fim do trabalho noturno, exceto por necessidade técnica incontornável ou atendimento de extrema necessidade à população; isonomia salarial entre homens e mulheres; fim da utilização do estágio como forma de pagar baixos salários, para trabalho igual salário igual;

V. Abaixo todas as "reformas da Previdência": diminuição do tempo necessário para se aposentar, 30 anos para os homens, 25 para as mulheres; aposentadorias dignas, para que o aposentado não precise voltar ao mercado de trabalho, a não ser que queira: aposentadoria igual ao último salário da ativa, reajustado de acordo com a categoria profissional e com o acordo coletivo;

VI. Que os patrões arquem com os custos da crise

1) Cabe aos patrões suportar o ônus da crise que criaram: salário desemprego pago enquanto o trabalhador permanecer sem contratação, igual ao último salário da ativa, financiado por um imposto sobre os lucros das empresas;

2) Isenção de pagamento de todos os serviços públicos para os desempregados (gás, água, luz, prestação da casa própria, telefone, IPTU, taxas diversas etc.); subsídio estatal para o pagamento do aluguel para os trabalhadores desempregados; re-estatização de todos os serviços públicos; estabelecimento de um teto máximo de 10% do salário para o conjunto das tarifas públicas para todos os trabalhadores, financiado por um aumento de tarifas para as grandes empresas; que as empresas arquem com as necessidades básicas dos trabalhadores que demitirem (atendimento médico, escola, cesta-básica etc.).

3) Nenhum imposto sobre os trabalhadores e o consumo, que os patrões sustentem o Estado: fim de todos os impostos sobre o salário e sobre o consumo popular; por um imposto único sobre os lucros dos capitalistas, sobre a especulação financeira e o consumo de artigos de luxo; fim do IPTU, taxa dos imóveis de luxo, vagos e de aluguel;

2) Fim do parasitismo financeiro e dos juros extorsivos: estatização do sistema financeiro, banco estatal único sob o controle dos trabalhadores; crédito subsidiado para o consumo e para pequenas empresas; desconhecimento das dívidas das pequenas empresas e dos consumidores endividados; cancelamento da dívida interna do Estado devida aos grandes capitalistas, preservação dos pequenos investidores e poupadores;

repressão - dissolução da pm - direito ao armamento etc.

V. mulheres, negros

Diante da crescente superexploração, opressão, violência e discriminação da mulher: salário igual para função igual; campanha nacional pela obrigatoriedade da implantação de creches pelo Estado; desmantelamento de toda a rede de esterilização e punição dos responsáveis pelo assassinato de mulheres em verdadeiros açougues em que se constituíram a maioria das clínicas de aborto; liberdade para a mulher decidir sobre seu corpo com a legalização do aborto e sua realização, em condições dignas, pela rede pública de saúde.

Para pôr fim ao massacre da população trabalhadora das periferias e da juventude, em sua maioria negra, mobilizar pela dissolução das PM's e de todos os corpos repressivos; pela criação de polícias estritamente municipais sob o direto controle da população e sem nenhuma ingerência estatal; punição de todos os envolvidos nos massacres contra a população; garantir o fim da violência policial, organizando a população para o exercício do seu direito democrático de sua defesa contra os massacres. Não às tentativas de maior penalização, tais como pena de morte, prisão perpétua, criminalização a partir dos 16 anos etc.

VI. Trabalho e Terra

1) Plano de obras públicas do Estado para a realização de obras essenciais; plano de construção de moradias populares, sob o controle das organizações operárias;

2) Reforma agrária com expropriação do latifúndio; imediato assentamento em todas as terras ocupadas; fim da repressão aos sem-terra; financiamento para os agricultores assentados e aos pequenos agricultores para a compra de máquinas e fertilizantes e condições de distribuição dos seus produtos; fim do subsídio ao grande capital agrário; expropriação de todos os grandes devedores (álcool etc.)

3) fim da repressão aos sem-terra; punição para todos os assassinos de sem-terra e seus mandantes; liberdade para todos os presos políticos, fim de todos os processos fraudulentos e intimidatórios contra os sem-terra e suas lideranças; dissolução das milícias paramilitares dos latifundiários; organizar a autodefesa dos trabalhadores rurais.

4) Abaixo o parasitismo do capital monopolista: expropriação do grande capital nacional e estrangeiro.

VII. Contra o imperialismo

1) Não pagamento da dívida externa e interna;

2) Fim das privatizações, cancelamento de todas as privatizações realizadas sem indenização aos aproveitadores, controle operário das empresas estatais;

3) Expropriação dos bancos e de todo o grande capital nacional e estrangeiro, criação de um banco estatal único. Estatização da saúde, da educação e de todos os serviços públicos fundamentais;

4) Cancelamento de todos os acordos políticos, econômicos e diplomáticos ditados pelo imperialismo

VIII. Contra a política de seguidismo à burguesia e ao seu governo: pela organização independente da classe operária e das massas exploradas

- 1) Direito de sindicalização para os desempregados; formação de comitês de luta dos desempregados; que a CUT e os sindicatos sejam controlados por todos os trabalhadores, os empregados e desempregados, sindicalizados e não sindicalizados;
- 2) Abaixo a burocracia sindical; por uma nova direção, classista e de luta, para os sindicatos; pela formação de correntes de oposição, antiburocráticas e de classe em todos os sindicatos; por uma nova direção para a CUT;
- 3) Por um partido operário independente.

IX. Abaixo a ditadura civil, pelos direitos democráticos dos trabalhadores e da população oprimida

- 1) Direito de greve;
- 2) Plena liberdade de organização sindical;
- 3) Fim da censura, liberdade de expressão.
- 4) Liberdade para todos os presos políticos, fim dos julgamentos fraudulentos. Punição para os assassinos dos trabalhadores. Dissolução da PM e de todo o aparato repressivo. Direito da população a se armar. Substituição da polícia e do exército permanente e controlado pelo Estado por um sistema de milícias populares.
- 5) Liberdade de organização partidária; iguais condições de acesso de todos os partidos aos meios de comunicação de massa;
- 6) Fim das concessões de rádio e televisão,
- 7) Eleição de juizes e promotores em todos os níveis pelo voto popular,
- 8) Por uma nova constituinte, onde as organizações sociais estejam representadas
- 9) Fim da ingerência do imperialismo na Justiça (investigação de toda intervenção estrangeira), fim da operação Lava-Jato, fim do STF e do Ministério Público, não à autonomia dos aparelhos de repressão
- 10) Fim de toda a intervenção das forças armadas na situação interna do país
- 11) Fechamento dos presídios sem condições, legalização das drogas

X. Contra os governos patronais e sua política antioperária: lutar por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo

Os trabalhadores podem chegar a formar um governo de classe, embora seja improvável, sob o regime burguês, em escala municipal, estadual ou nacional. No entanto, este governo será sempre nada mais que um episódio e um instrumento na luta incessante entre a mobilização revolucionária da classe operária e dos explorados e a ação contrarrevolucionária da burguesia pelo poder efetivo do Estado.□

A classe operária e os explorados da cidade e do campo podem e devem se apoderar das alavancas do poder estatal para colocar em prática um programa que sirva aos seus interesses contra a burguesia.

O conjunto destas reivindicações constituem, na realidade, a base e o programa central de um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, um governo sem patrões, dominado pelas organizações da classe operária das cidades e dos trabalhadores do campo, resultado da derrota política dos patrões e da quebra de seu regime político, ou seja, da sua dominação sobre a esmagadora maioria da população.